Palácio dos Bandeirantes, 12 de janeiro de 2018.
GERALDO ALCKMIN
José Renato Nalini
Secretário da Educação
Márcio Fernando Elias Rosa
Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania
David Everson Uip
Secretário da Saúde
Tiago Antonio Moraes
Chefe de Gabinete, respondendo pelo Expediente da Casa

Civil

Publicada na Assessoria Técnica da Casa Civil, em 12 de janeiro de 2018.

LEI Nº 16.655, DE 12 DE JANEIRO DE 2018

(Projeto de lei nº 243, de 2017, do Deputado Gileno Gomes – PSL)

Inclui evento no Calendário Turístico do Estado

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º - Ficam incluídas no Calendário Turístico do Estado as festividades de Carnaval realizadas pela Prefeitura do Município de Nazaré Paulista, anualmente, na data mencionada.

Parágrafo único - As festividades de Carnaval terão seu início de acordo com o calendário adotado em nosso País, no período compreendido entre o sábado que antecede o feriado e as 12h (doze horas) da Quarta-Feira de Cinzas.

Artigo 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.
Palácio dos Bandeirantes, 12 de janeiro de 2018.

GERALDO ALCKMIN

Fabricao Cobra Arbex

Respondendo pelo Expediente da Secretaria de Turismo

Tiago Antonio Moraes

Chefe de Gabinete, respondendo pelo Expediente da Casa

Civil

Publicada na Assessoria Técnica da Casa Civil, em 12 de janeiro de 2018.

LEI Nº 16.660, DE 12 DE JANEIRO DE 2018

(Projeto de lei nº 638, de 2014, dos Deputados Fernando Capez – PSDB e Bruno Covas – PSDB)

Dispõe sobre a regulamentação das atividades das farmácias no âmbito de sua atuação

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º - As farmácias do Estado ficam autorizadas, nos termos desta lei, respeitando-se a competência do profissional farmacêutico no âmbito de sua atividade, a prestar serviços farmacêuticos, bem como manipular ou dispensar produtos que contribuam para a saúde pública, de acordo com a legislação em vigor.

Artigo 2º - As farmácias ficam autorizadas à prestação dos seguintes serviços relacionados à assistência farmacêutica, dentre outros:

I - aferição de pressão arterial e temperatura corporal;
II - inalação, observados os cuidados específicos de modo a garantir a segurança do procedimento;
III - teste de glicemia capilar;
IV - perfuração de lóbulu auricular, executado pelo farmacêutico ou técnico habilitado, sob sua supervisão.

§ 1º - Os serviços relacionados à assistência farmacêutica prestados nas farmácias deverão constar no manual de boas práticas e no procedimento operacional padrão do estabelecimento.

§ 2º - Fica vedada a reutilização de brincos nos serviços de peruração de lóbulu auricular, devendo este procedimento ser realizado mediante o emprego de equipamento específico e material esterilizado.

Artigo 3º - Vetado.

Artigo 4º - Vetado.

§ 1º - Vetado.

§ 2º - Vetado.

Artigo 5º - As farmácias ficam autorizadas à realização e prestação dos serviços que compõem o âmbito de atuação do profissional farmacêutico, observadas as determinações previstas na legislação e nos exatos termos estabelecidos pelo conselho profissional que regula a atividade profissional farmacêutica.

Parágrafo único - vetado.

Artigo 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

GERALDO ALCKMIN

David Everson Uip

Secretário da Saúde

Tiago Antonio Moraes

Chefe de Gabinete, respondendo pelo Expediente da Casa

Civil

Publicada na Assessoria Técnica da Casa Civil, em 12 de janeiro de 2018.

Veto Total a Projeto de Lei

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 564, DE 2014

São Paulo, 12 de janeiro de 2018

A-nº 22/2018

Senhor Presidente

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência, para os devidos fins, nos termos do artigo 28, § 1º, combinado com o artigo 47, inciso IV, da Constituição do Estado, as razões de veto total ao Projeto de lei nº 564, de 2014, aprovado por essa nobre Assembleia, conforme Autógrafo nº 32.135.

De iniciativa parlamentar, a propositura obriga as concessionárias de rodovias estaduais e federais que atravessam o Estado a plantar e conservar os canteiros e faixas de domínio com árvores ornamentais ou nativas da região.

Sem embargo dos altivos propósitos que motivaram a iniciativa, vejo-me compelido a negar sanção ao projeto, pelas razões que passo a expor.

Inicialmente, cabe assinalar que a obrigação imposta pelo artigo 1º da proposição representa novo encargo às concessionárias de rodovias estaduais, poderá ensejar alteração do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos vigentes e, via de consequência, a modificação da política tarifária acordada.

Necessário ressaltar que as concessionárias de serviços públicos, após a apresentação de suas propostas nos processos licitatórios, têm direito à revisão das tarifas cobradas pelo Poder Público, na hipótese de alteração unilateral do contrato que afete o seu inicial equilíbrio econômico-financeiro, cabendo ao poder concedente restabelecê-lo, concomitantemente à alteração (§ 4º do artigo 9º da Lei federal 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que regula os regimes de concessão e permissão de serviços públicos).

Nota-se, pois, que, ao instituir encargo legal às concessionárias que operam rodovias paulistas, o projeto pode motivar pedidos de revisão das tarifas cobradas aos usuários das estradas, mostrando-se capaz de onerar os respectivos serviços.

De outra parte, compete ao Poder Executivo, por intermédio de seus órgãos e instituições, e levando em conta o juízo de conveniência e oportunidade, determinar qual o meio técnico mais apropriado para se atingir os objetivos gerais de sua atuação.

A proposta legislativa adentra esfera dependente de juízo técnico e de avaliação administrativa, incidindo, assim, em inconstitucionalidade decorrente da ofensa ao princípio da separação de poderes e funções, estabelecido no artigo 2º da Constituição Federal e artigo 5º, "caput", da Constituição Paulista.

Quanto às concessionárias de rodovias federais que atravessam o Estado, a proposição interfere diretamente em relações contratuais em que ele não é parte.

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é uníssona no sentido de que lei estadual não pode, mormente quando se trata de serviço público federal ou municipal, alterar as condições da relação contratual entre o poder concedente e os concessionários, sob pena de alterar as condições contratuais previstas na licitação exigida pelo "caput" do artigo 175 da Constituição Federal, bem como incursionar sobre tema reservado à União (ADI 3729-3/SP, ADI 3533/DF, ADI-MC 4401/MG, ADI 2615/SC).

Ao manifestar-se contrariamente à aprovação do projeto, a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP consignou que a legislação internacional e a norma NBR 15486 da ABNT impõem restrições à existência de estruturas naturais (como árvores com diâmetro superior a 10cm) ou construídas (postes de sinalização, pilares de pontes, elementos de drenagem etc.) deixadas ao longo da pista ou introduzidas durante a sua construção, a fim de evitar desacelerações acentuadas ou paradas abruptas em caso de acidente.

A referida agência afirmou, ainda, que a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB não recomenda o plantio de vegetação na faixa de domínio devido às elevadas perdas por incêndio.

Segundo a ARTESP, o plantio de vegetação arbórea no canteiro central poderia, ademais, provocar o aumento de atropelamentos de animais silvestres, com a consequente elevação de riscos aos usuários da rodovia, além dos riscos de quedas de galhos sobre as pistas.

Finalmente, o citado órgão técnico acrescentou que os canteiros centrais são, em geral, áreas extremamente compactadas, dificultando o desenvolvimento de vegetação arbórea.

Diante desse cenário, e em razão da inconstitucionalidade que macula a regra contida no artigo 1º da proposição, os demais dispositivos, em virtude de seu caráter acessório, também são inconstitucionais, em decorrência do fenômeno da inconstitucionalidade "por arrastamento" ou "por atração", conforme a tese consagrada junto à Suprema Corte de que a declaração de inconstitucionalidade de uma norma afeta o sistema normativo dela dependente, bem como se estende às normas subsequentes (ADI 3.645/PR).

Fundamentado nestes termos o veto total que oponho ao Projeto de lei nº 564, de 2014 e fazendo-o publicar no Diário Oficial em obediência ao disposto no § 3º do artigo 28 da Constituição do Estado, restituo o assunto ao oportuno reexame dessa ilustre Assembleia.

Reitero a Vossa Excelência os protestos de minha alta consideração.

Geraldo Alckmin

GOVERNADOR DO ESTADO

A Sua Excelência o Senhor Deputado Cauê Macris, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado.

Publicada na Assessoria Técnica da Casa Civil, em 12 de janeiro de 2018.

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 825, DE 2016

São Paulo, 12 de janeiro de 2018

A-nº 23/2018

Senhor Presidente

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência, para os devidos fins, nos termos do artigo 28, § 1º, combinado com o artigo 47, inciso IV, da Constituição do Estado, as razões de veto total ao Projeto de lei nº 825, de 2016, aprovado por essa nobre Assembleia, conforme Autógrafo nº 32.126.

De iniciativa parlamentar, a propositura determina aos órgãos públicos competentes a criação de campanha publicitária, voltada para as gestantes, em relação à epidemia de Sifilis, a ser veiculada por meio de cartazes a serem afixados em todos os órgãos de saúde do Estado.

Embora reconheça os nobres objetivos do Legislador, expostos na justificativa que acompanha a propositura, vejo-me compelido a recusar sanção ao projeto, pelas razões a seguir expostas.

O projeto de lei confere atribuições a órgãos competentes do Estado, incursionando em área sujeita à exclusiva atuação do Chefe do Poder Executivo.

Com efeito, em tema relativo à organização, ao funcionamento e à definição de atribuições de órgãos da Administração Pública, a implementação das providências está reservada ao Chefe do Poder Executivo, como corolário do exercício da competência privativa que lhe é outorgada pela ordem constitucional para dirigir a Administração (artigo 84, incisos II e VI, "a", da Constituição Federal; artigo 47, II e XIV da Constituição Estadual).

Como os dispositivos impugnados tratam de aspectos de ordem técnica e operacional, a serem avaliados segundo critérios próprios de planejamento deferidos constitucionalmente ao Poder Executivo, no exercício precipuo da função de administrar, desrespeita, ainda, as limitações decorrentes do princípio da separação dos Poderes (artigo 2º, da Constituição Federal, e artigo 5º, "caput", da Constituição Estadual).

Esta orientação vem sendo reiteradamente adotada pelo Supremo Tribunal Federal - STF como, por exemplo, foi feito nas ADIs nºs 1.391, 2.646, 2.417 e 1.144 e AREs nº 784.594 e 761.857.

O artigo 3º evidencia que a execução do presente projeto de lei implicará custos adicionais, todavia é inconstitucional lei de iniciativa parlamentar que desencadeie aumento de despesas públicas, em matéria de iniciativa reservada ao Chefe do Poder Executivo (artigo 24, §5º, "1" da Constituição Estadual).

Por outro lado, o artigo 4º, que fixa prazo para que o Poder Executivo regulamente a propositura, também se encontra em desconpasso com o previsto na Constituição Estadual.

O poder regulamentar constitui atributo de natureza administrativa, privativo do Chefe do Poder Executivo, nos termos do artigo 47, inciso III, da Constituição Estadual, desta forma não pode o legislador determinar seu exercício.

Nesse contexto, a disposição ora combatida não observa o princípio da harmonia entre os Poderes do Estado e implica violação da Constituição da República (artigo 2º) e da Carta Paulista (artigo 5º), não podendo ser admitida, inclusive consoante jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (ADI nº 546, ADI nº 2.393, ADI nº 3.394 e ADI nº 2.800).

A Secretaria da Saúde, ao se manifestar quanto a propositura, recordou que o dia nacional de combate à sífilis e à sífilis congênita é comemorado no terceiro sábado do mês de outubro.

Outrossim, a Subsecretaria de Comunicação da Casa Civil, ao se posicionar contrariamente à medida, destacou que a Secretaria da Saúde, em parceria com a Sociedade Brasileira de Infectologia e com a Associação de Obstetrícia e Ginecologia de São Paulo, instituiu o mês de outubro como o mês de combate a sífilis congênita e, com o objetivo de estimular o debate e postar ações conjuntas em busca da eliminação da doença, a Proposta lançou a campanha virtual "Outubro Verde: Juntos Podemos Eliminar a Sífilis Congênita", que contou ainda com a divulgação do "disque DST/Aids", disponibilizando serviços especializados no combate à sífilis congênita.

Diante desse quadro, posso afirmar que as ações que vêm sendo implementadas pela Administração já contemplam mecanismos que asseguraram as relevantes finalidades da proposta legislativa

Fundamentado nestes termos o veto total que oponho ao Projeto de lei nº 825, de 2016 e fazendo-o publicar no Diário Oficial em obediência ao disposto no § 3º do artigo 28 da Constituição do Estado, restituo o assunto ao oportuno reexame dessa ilustre Assembleia.

Reitero a Vossa Excelência os protestos de minha alta consideração.

Geraldo Alckmin

GOVERNADOR DO ESTADO

A Sua Excelência o Senhor Deputado Cauê Macris, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado.

Publicada na Assessoria Técnica da Casa Civil, em 12 de janeiro de 2018.

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 834, DE 2016

São Paulo, 12 de janeiro de 2018

A-nº 24/2018

Senhor Presidente

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência, para os devidos fins, nos termos do artigo 28, § 1º, combinado com o artigo 47, inciso IV, da Constituição do Estado, as razões de veto total ao Projeto de lei nº 834, de 2016, aprovado por essa nobre Assembleia, conforme Autógrafo nº 32.127.

De origem parlamentar, a propositura proíbe a exploração do gás de xisto pelo método de fratura hidráulica "fracking", bem como por outras modalidades de exploração do solo que possam ocasionar contaminações do lençol freático e demais acidentes ambientais ou sejam prejudiciais à saúde.

Embora reconheça os elevados desígnios do legislador, vejo-me compelido a vetar, totalmente, a propositura, em razão do inafastável vício de inconstitucionalidade que contém.

Com efeito, compete privativamente à União legislar sobre energia, expressão que abrange a energia térmica resultante de combustíveis minerais sólidos, líquidos e gasosos, conforme o artigo 22, inciso IV da Constituição Federal.

A União detém também competência privativa para legislar sobre jazidas, minas, outros recursos minerais e metalurgia, de acordo com o artigo 22, inciso XII, da Constituição Federal.

Ademais, segundo a mesma Carta, constituem bens da União os recursos minerais, inclusive os do subsolo (artigo 20, inciso IX).

Nesse cenário constitucional, merece, ainda, menção o artigo 176 que estabelece que as jazidas, em lava ou não, e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União, garantida ao concessionário a propriedade do produto da lava.

Dispôs, ainda, a Constituição Federal constituir monopólio da União a pesquisa e a lava das jazidas de petróleo e gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos; a refinação do petróleo nacional ou estrangeiro; a importação e exportação dos produtos e derivados básicos resultantes dessas atividades; o transporte marítimo do petróleo bruto de origem nacional ou de derivados básicos de petróleo produzidos no País, bem assim o transporte, por meio de conduto, de petróleo bruto, seus derivados e gás natural de qualquer origem (artigo 177, I a IV).

Assim, sob qualquer ângulo que se a aprecie, a propositura viola a competência privativa da União para legislar sobre a matéria, estipulada no artigo 22, incisos IV e XII da Constituição Federal.

Na esfera infraconstitucional, foi editada a Lei federal nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.

No exercício de sua competência, a ANP, por meio da Resolução ANP nº 21, de 10 de abril de 2014, estabeleceu os requisitos a serem cumpridos pelos detentores de direitos de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural que executarão a técnica de Fraturamento Hidráulico em Reservatório Não Convencional, visando padrões de segurança operacional e de preservação do meio ambiente.

Não por outros motivos, foram contrárias à propositura tanto a Secretaria do Meio Ambiente quanto a de Energia e Mineração.

Em sentido análogo, o voto do 1º Relator da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, convertido em voto em separado nos termos do § 4º do artigo 56 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Fundamentado nestes termos o veto total que oponho ao Projeto de lei nº 834, de 2016 e fazendo-o publicar no Diário Oficial em obediência ao disposto no § 3º do artigo 28 da Constituição do Estado, restituo o assunto ao oportuno reexame dessa ilustre Assembleia.

Reitero a Vossa Excelência os protestos de minha alta consideração.

Geraldo Alckmin

GOVERNADOR DO ESTADO

A Sua Excelência o Senhor Deputado Cauê Macris, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado.

Publicada na Assessoria Técnica da Casa Civil, em 12 de janeiro de 2018.

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 4, DE 2017

São Paulo, 12 de janeiro de 2018

A-nº 25/2018

Senhor Presidente

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência, para os devidos fins, nos termos do artigo 28, § 1º, combinado com o artigo 47, inciso IV, da Constituição do Estado, as razões de veto total ao Projeto de lei nº 4, de 2017, aprovado por essa nobre Assembleia, conforme Autógrafo nº 32.128.

A proposição, de origem parlamentar, proíbe a cobrança de bens ou serviços alheios ao fornecimento de luz, água, telefone, gás, sinal de televisão ou acesso à internet, na mesma fatura ou de modo que possa induzir o consumidor a erro (artigo 1º) e prevê, na hipótese de descumprimento da lei, a aplicação de multa equivalente a 100 (cem) vezes o valor cobrado indevidamente, cominada em dobro no caso de reincidência, a ser destinada à execução de políticas públicas em defesa do consumidor (artigo 2º).

Em que pese a relevância social da propositura, que busca evitar transtornos aos usuários de serviços públicos, vejo-me compelido a negar assentimento à medida, por força de sua inconstitucionalidade e contrariedade ao interesse público.

O projeto, ao pretender editar normas em matéria de proteção e defesa do consumidor, impõe restrições a empresas prestadoras de serviços que exercem atividades sujeitas à legislação de competência de outros entes federativos.

Esse é o caso dos serviços de energia elétrica e de telecomunicações, uma vez que tais matérias são reservadas à União, tanto para o exercício da competência legislativa, quanto para a sua exploração (artigo 22, inciso IV, e artigo 21, incisos XI e XII, alínea "b", da Constituição Federal).

Do mesmo modo, tendo a Constituição Federal outorgado aos Municípios a competência para organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local (artigo 30, inciso V), incumbe-lhes a exploração do serviço de saneamento básico, que pode ser prestado com a participação do Estado caso a atividade esteja inserida no âmbito dos serviços de interesse de Região Metropolitana (STF, ADI nº 1842).

No que toca à prestação dos serviços públicos de conferidos à União, cabe mencionar que a Lei federal nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, instituiu a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e disciplinou o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica, preconizando que incumbe à agência regular e fiscalizar a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, em conformidade com as políticas e diretrizes do governo federal (artigo 2º).

Na esteira dessa legislação, a ANEEL expediu a Resolução Normativa nº 581, de 2013, que faculta às empresas distribuidoras de energia elétrica oferecer e prestar, mediante prévia solicitação do consumidor, atividades acessórias, dentre as quais especifica a de "arrecadação de convênios ou valores por meio da fatura de energia elétrica" (artigos 3º a 6º).

Ao disciplinar os serviços de telecomunicações, por sua vez, a União editou a Lei nº 9.472 de 16 de julho de 1.997, que cria a Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL (artigo 8º), competindo-lhe expedir normas sobre a prestação desses serviços no regime privado (artigo 19, inciso X). Já a Lei federal nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, volta-se para regulamentar a atividade de comunicação audiovisual de acesso condicionado, vale dizer, o serviço de telecomunicações prestado no regime privado, condicionado à contratação remunerada por assinantes e destinado à distribuição de conteúdos audiovisuais (artigo 2º, inciso XXIII), também sujeito à competência regulatória e fiscalizatória da ANATEL (artigo 29).

No exercício de sua competência legal, a ANATEL editou a Resolução nº 632, de 7 de março de 2014, que aprova o Regulamento Geral de Direitos do Consumidor de Serviços de Telecomunicações – RGC. Essa Resolução determina que a cobrança de qualquer valor que não decorra da prestação de serviços de telecomunicações depende de prévia e expressa autorização do Consumidor (artigo 64), devendo a prestadora de serviços fornecer relatório detalhado dos serviços e facilidades prestados, incluindo no documento o detalhamento de quaisquer outros valores que não decorram da prestação de serviços de telecomunicações (artigo 62).

Já o fornecimento de água, que se insere no âmbito da prestação de serviços públicos de saneamento básico, está sujeito à Lei federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que fixa as diretrizes nacionais para o saneamento básico (artigo 21, XX da Constituição Federal). Essa lei atribui à entidade reguladora e fiscalizadora do serviço a edição de normas sobre faturamento e cobrança de serviços, cabendo-lhe estabelecer o modelo de fatura a ser entregue ao usuário final (artigo 23, inciso V; parágrafo único do artigo 39).

Nesse contexto, forçoso reconhecer que, com relação aos serviços de luz, água, telefone, sinal de televisão e acesso à internet, a propositura é inconstitucional, porquanto trata de temas sujeitos à competência legislativa da União e dos Municípios.

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é uníssona no sentido de que não pode lei estadual impor restrições às empresas concessionárias de serviços públicos de titularidade de outros entes federativos, sob pena de dispor sobre tema que exorbita os contornos de sua competência legislativa (ADI 3729-3/SP, ADI 3533/DF, ADI-MC 4401/MG, ADI 2615/SC; ADI 2337 MC e ADI 2340).

Nada obstante o óbice constitucional que fulmina o projeto de lei como um todo, não posso deixar de registrar que, com relação ao serviço de gás canalizado, atribuído pela Constituição Federal aos Estados (artigo 25, §2º), a proposta é contrária ao interesse público, uma vez que possivelmente ensejaria a majoração das respectivas tarifas cobradas dos usuários do serviço.

O serviço público de gás canalizado é prestado por empresas privadas, concessionárias de serviço público, sujeitas à regulamentação e disciplina pelo poder concedente, sendo remuneradas por tarifa (artigo 175, III da Constituição Federal; artigo 120 da Constituição do Estado). Nos termos da Lei complementar nº 1.025, de 7 de dezembro de 2007, incumbe à Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - ARSESP regular, controlar e fiscalizar os serviços de gás canalizado de titularidade estadual, preservadas as competências e prerrogativas municipais (artigo 6º).

No exercício de suas atribuições, a ARSESP editou a Deliberação nº 571, de 2015, que autoriza as concessionárias de serviço a prestarem atividades acessórias, diversas do serviço de distribuição de gás canalizado, determinando que uma parte dessas receitas seja considerada no cálculo das tarifas, com a finalidade de contribuir para a modicidade tarifária, conforme metodologia a ser estabelecida pela Agência na época da Revisão Tarifária (artigo 11). Para alcançar esse objetivo, o referido ato normativo exige que a concessionária contabilize em separado as receitas, despesas e custos relativos às atividades acessórias (artigo 12).

Trata-se de norma que segue as diretrizes da Lei federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, segundo a qual o poder concedente pode prever, no edital de licitação, a possibilidade de a empresa concessionária vir a exercer atividades acessórias, inclusive valendo-se da conta de gás canalizado, com vistas a favorecer a modicidade das tarifas. Determina, ainda, que as fontes de receita alternativas serão obrigatoriamente consideradas para a aferição do inicial equilíbrio econômico-financeiro do contrato (artigos 3º, 11 e 18, inciso VI).

Diante desse panorama legislativo, ao impedir as concessionárias de cobrarem, na mesma fatura de gás canalizado, eventuais serviços acessórios contratados pelos consumidores, o projeto inviabiliza que as empresas aufriram receitas acessórias que foram consideradas na fixação do valor das tarifas do serviço público.

Em consequência, o projeto mostra-se potencialmente capaz de atingir o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão já firmados, o que, se verificado, obrigaria o poder concedente a reajustar as cláusulas remuneratórias da concessão, de sorte a adequar os valores das tarifas em razão da redução de receitas alternativas do concessionário (artigos 37, inciso XXI e 175 da Constituição Federal), mostrando-se a proposta, nessa medida, contrária ao interesse público.

Destaco que a negativa de sanção não significa que o consumidor paulista estará desaparamado juridicamente, caso venha a ser vítima de cobranças ilegais realizadas por empresas prestadoras dos serviços referidos no projeto.

O Código de Defesa do Consumidor estabelece, dentre os direitos básicos do consumidor, o direito à informação adequada e clara (inciso III do artigo 6º) e à proteção contra métodos comerciais coercitivos ou desleais (inciso IV do artigo 6º), viabilizando, assim, a atuação da Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON contra eventuais práticas que violem essas normas federais.

Nesse sentido, a Fundação PROCON, ao manifestar-se contrariamente à proposta, informou que notificou concessionária de serviço público para prestar esclarecimentos sobre denúncias de consumidores que foram surpreendidos por receberem, nas contas de serviços de telefonia, cobrança do serviço de seguro que jamais solicitaram ou autorizaram. Situação semelhante ensejou a atuação de concessionária de distribuição de energia elétrica.

Devo mencionar, ainda, que com amparo na legislação federal protetiva do consumidor, a já referida Deliberação ARSESP nº 571, de 2015, estabelece uma série de condições para a prestação e para a cobrança de atividades atípicas e acessórias pelas concessionárias de gás (artigos 3º a 11).

De acordo com essa Deliberação, o consumidor pode recusar-se a receber propostas de serviços acessórios; o simples pagamento da conta de gás contendo a atividade acessória não poderá ser caracterizado como aceite do serviço acessório e expressão da intenção do usuário em adquirir o serviço ofertado; cabe à concessionária comprovar o aceite do serviço acessório, utilizando documento apartado da conta de gás; a cobrança da conta de gás deve ser independente da cobrança do valor do serviço acessório, embora constem de um mesmo documento; cobranças indevidas geram o dever de devolução em dobro dos valores cobrados e já pagos; o inadimplemento das cobranças relativas à prestação das atividades acessórias não enseja a suspensão do fornecimento da atividade principal da concessionária.

Considerando esse quadro jurídico, o projeto mostra-se em desconformidade com a ordem constitucional, por vulnerar as disposições dos artigos 21, incisos XI e XII, alínea "b"; 22, inciso IV; 25, § 2º; 30, inciso I, e 175, todos da Constituição Federal, bem como contrário ao interesse público.

Por oportuno, registro que outras proposições, de teor análogo, foram vetadas nos termos das Mensagens de Veto